

Constituinte e governo tentam evitar confronto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, fez ontem uma sugestão para acabar com as acusações mútuas entre o Executivo e a Assembléia Nacional Constituinte: transformar a tribuna da Constituinte em foro exclusivo de discussões constitucionais, não podendo as lideranças ocupar seus horários para definir golpes contra o presidente José Sarney. A tribuna política, segundo Sant'Anna, seria ocupada nos horários de funcionamento da Câmara.

A idéia surgiu durante o despacho semanal de Carlos Sant'Anna com o presidente, no Palácio da Alvorada, numa demonstração de que é frágil a tregua firmada anteontem entre Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. Para o líder do governo, é natural que, sentindo-se acuado na Constituinte, o governo reveide, "do lado de fora", como está fazendo o presidente Sarney, ao utilizar o programa *Conversa ao Pé do Rádio* para criticar as minorias radicais.

"O governo não tem conseguido estabelecer o contraditório no plenário da Constituinte, por isso deve defender-se como pode, mas, na verdade, está dando a impressão de confronto", comentou Sant'Anna. Na sua opinião, o clima de desentendimento não existiria se os debates tivessem hora e lugar. A Câmara ficaria, neste caso, voltada para os problemas conjunturais do País, evitando que o ambiente emocional provocado por questões como sucessão presidencial faça parte dos debates dos assuntos constitucionais.

O ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, que no final de semana se encontrou com o presidente da República e com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou: "Alimentar o confronto entre o Executivo e a Constituinte é atropelar o processo de transição democrática". Ontem, o ministro das Minas e Energia reuniu-se com o senador e ex-ministro Jorge Bornhausen, uma das principais lideranças do PFL para examinar o quadro político-institucional. Ambos concluíram que tudo deve ser feito para evitar demora na promulgação da Constituinte. O ministro e o senador concordaram que um dos pontos de atrito está sendo a CPI do Senado sobre corrupção, "instalada sem base em fatos determinados, mas com base em denúncias genéricas".

Depois do encontro com Sarney, domingo, Ulysses Guimarães reuniu-se com Mário Covas, José Richa, Pimenta da Veiga, Nelson Jobim e outras lideranças do PMDB para discutir a melhor maneira de acelerar os trabalhos da Constituinte. Chegaram à conclusão de que a melhor forma de superar o impasse



é votar o projeto de Constituição sem mais demora.

Dirigentes e líderes partidários estão decididos a todo esforço possível para evitar incidentes capazes de dificultar a transição democrática. Este foi o principal tema das conversas de fim de semana e quinta-feira os presidentes dos partidos com representação na Constituinte terão reunião em Brasília para discutir a situação político-institucional. A iniciativa partiu do líder do PDT, Brandão Monteiro, e contou, de imediato, com a aprovação do presidente do PFL, senador Marco Maciel. Na pauta, a soberania da Constituinte, definição do fim da transição democrática — com promulgação da Constituição ou convocação de eleições presidenciais.

A participação direta dos dirigentes partidários está sendo vista como a recuperação dos partidos e a superação da influência de grupos interpartidários como Centrão, Centrinho, Grupo dos 32, Grupo Parlamentarista, presidencialista e outros. Na opinião dos dirigentes partidários, qualquer manobra para retardar os trabalhos da Constituinte deve ser denunciada à Nação, "citando-se os nomes de todos os responsáveis", conforme sugestão do deputado mineiro Pimenta da Veiga à liderança do PMDB.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), também advertiu para a importância da aceleração dos trabalhos constituintes, a fim de que o País "possa superar o sentimento de provisori-

dade que envolve e inquieta todos os setores da sociedade". Para Ibsen Pinheiro a sensação de um "Brasil provisório" complica as relações sociais, empresariais e mesmo as relações jurídicas do País. O líder do PMDB na Câmara assegurou que a promulgação da nova Carta é a única forma de superar o sentimento de provisoriabilidade e a aceleração dos trabalhos "é interesse direto do povo, que após a providência das lideranças do PMDB na intenção de alcançar a tranquilidade que a nova Carta garantirá.

PODE TUDO?

"Esta Constituinte pode tudo?" A pergunta foi feita pelo professor Leitão de Abreu, ex-chefe do Gabinete Civil no governo Figueiredo, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal e ex-presidente do Superior Tribunal Eleitoral. "A não ser que o presidente Sarney abra mão, devem ser dados a ele os seis anos de mandato que estão previstos na atual Constituição", afirmou ele, esclarecendo, no entanto, estar falando do ponto de vista ético e político, e não jurídico.

E ele mesmo responde: "Em princípio, a Constituinte não é onipotente. Depende da realidade política e social. Nada disto estaria sendo discutido, se não fosse o mandato de um presidente legitimamente eleito. E se esta Constituinte existe é por decisão dele, que enviou proposta de emenda ao Congresso Nacional".

Sant'Anna coordena a ofensiva pelos 5 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, pretende reunir um parlamentar de cada bancada estadual favorável ao mandato de cinco anos para Sarney, a fim de rearticular movimento interpartidário na Constituinte e evitar a aprovação de emendas preconizando o mandato de quatro anos ao atual presidente — com ou sem reeleição.

Os constituintes favoráveis ao mandato de cinco anos acham que o movimento só terá êxito "se o presidente ajudar". O deputado paulista Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, examinando o problema com Sarney, ouviu dele a declaração, em tom de queixa, de que "os políticos que mais recebem são os que menos dão".

Na área ministerial estão coordenando o apoio aos cinco anos, entre outros, Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães e Borges da Silveira. Na área militar, pelas informações de coordenadores do movimento, "não

está sendo admitida a realização de eleições presidenciais este ano" — sob a alegação de que seria o caos político, administrativo e financeiro.

Na semana passada o ministro Prisco Viana reuniu parlamentares do PMDB e do PFL favoráveis ao mandato de cinco anos, para uma retomada de gestões. Um dos participantes considerou o encontro "inócuo". Os defensores dos cinco anos entendem que se o Palácio do Planalto continuar ignorando ministros, autoridades do segundo escalão e lideranças partidárias que atuam pelo mandato de quatro anos, "nada vai mudar".

Desde a substituição de Rafael de Almeida Magalhães por Renato Archer no Ministério da Previdência Social, por exemplo, que cincoanistas, principalmente os do PFL, pedem ao chefe do governo, até agora sem êxito, o seu afastamento. Ontem circulou no plenário da Constituinte a informação de que nas próximas horas sairá o presidente do Inamps, Hélio Cordeiro. Seria o primeiro passo para substituir Renato Archer da Pasta.

A preocupação de Carlos Sant'Anna é a de rearticular parlamentares que já se definiram pelo mandato de cinco anos, para atrair os indecisos e os que admitem votar a favor das eleições este ano. Hoje, a tendência seria favorável ao mandato de quatro anos e ao parlamentarismo.

A declaração do presidente da República, aceitando um sistema mitigado, chamado na Constituinte de "presidencialismo congressional", vem sendo examinada há meses e sem progresso aparente. A emenda foi elaborada pelo jurista paulista Miguel Reale Júnior, assessor especial do presidente da Constituinte. E o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) foi escolhido por Ulysses Guimarães para formalizá-la. Os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Milton Reis (PMDB-MG), entre outros, há tempos tentam tornar viável a proposta, principalmente junto a autores de emendas dos cinco anos, como os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Edison Lobão (PFL-MA) e os deputados Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

Bancada do PTB pode aumentar

A bancada do PTB na Constituinte poderá aumentar de 22 para mais de 30 parlamentares, informaram ontem, em Brasília, os líderes do partido. Nesta semana, deverão trocar o PMDB pelo PTB o senador Louremberg Nunes Rocha e os deputados Rodrigues Palma, Joaquim Sucena e Oswaldo Sobrinho, todos moderados de Mato Grosso, devido a divergências com o governador Carlos Bezerra e com o prefeito Dante de Oliveira. Com as mudanças, o PTB poderá colocar-se como a terceira bancada, abaixo do PMDB e do PFL, e acima do PDT e do PDS.